

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO
RIO GRANDE DO NORTE**

JOSÉLIA MARIA MEDEIROS TEIXEIRA DE ARAÚJO

**A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA PARA UMA ORGANIZAÇÃO DO
TERCEIRO SETOR. UM ESTUDO DE CASO NA ONG SEAPAC.**

**NATAL – RN
2009**

JOSELIA MARIA MEDEIROS TEIXEIRA DE ARAÚJO

**A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA PARA UMA ORGANIZAÇÃO DO
TERCEIRO SETOR. UM ESTUDO DE CASO NA ONG SEAPAC.**

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Ciências Contábeis da Faculdade
Natalense para o Desenvolvimento do Rio
Grande do Norte, como requisito obrigatório
para a obtenção do grau de bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientadora: Thereza Angélica Bezerra de S.
Santos, (Esp).

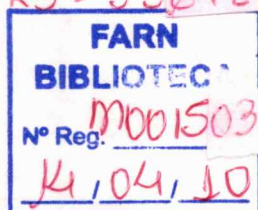
657:658.15

A689i

2009

ex 01

RB - 33612



Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Araújo, Josélia Maria Medeiros Teixeira de

A importância da análise financeira para uma organização do terceiro setor: um estudo de caso na Ong SEAPAC / Josélia Maria Medeiros Teixeira de Araújo. – Natal: FARN, 2009.

60f.

Orientador: Thereza Angélica Bezerra de S. Santos (Esp.)

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Análise Financeira – Monografia. 2. Terceiro Setor – Monografia. 3. Contabilidade – Monografia. I. Título.

RN/FARN/BC

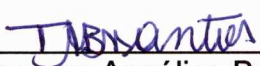
CDU 658

JOSÉLIA MARIA MEDEIROS TEIXEIRA DE ARAUJO

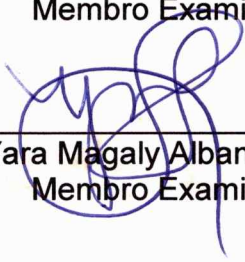
A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA PARA UMA ORGANIZAÇÃO DO
TERCEIRO SETOR. UM ESTUDO DE CASO NA ONG SEAPAC.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da
Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte e aprovada
em ____/____/2009 pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

:


Orientadora - Thereza Angélica Bezerra de S. Santos, Esp.
Presidente da Banca

Marcio Carvalho de Brito
Membro Examinador



Yara Magaly Albano Soares
Membro Examinador

Dedico este trabalho: à minha mãe Ricardina, em reconhecimento à sua coragem e dedicação incondicional às suas atividades laborais, para que os filhos pudessem estudar, buscando assim um futuro melhor.

A meu esposo Francisco Teixeira, por ter me incentivado a voltar a estudar.

Aos meus filhos, Ernesto e Heitor; às filhas, Talita e Débora e à neta Lorena Eliza, para que nunca desanimem diante dos desafios que a vida oferece.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, com capacidade de pensar e de agir.

Agradeço a meus pais, pessoas dotadas de inteligência, coragem e determinação, que morando no campo e trabalhando na agricultura, abriram mão da presença dos filhos, dando-nos uma oportunidade que eles, na sua época não tiveram, a oportunidade de estudarmos, com a visão de um futuro melhor para todos nós.

Agradeço a meu esposo, filhos, filhas e neta, pelo carinho e incentivo durante os momentos de dificuldades, dando-me força para que eu não desanimasse.

Agradeço a meus irmãos, irmãs, amigos e colegas de trabalho, que tanto me ajudaram, para que eu pudesse superar todos os desafios durante o curso.

Aos colegas e professores do curso, que durante os quatro anos de vida acadêmica, formamos uma grande família.

À Diretoria do SEAPAC, por ter me ajudado durante este estudo, fornecendo-me as informações necessárias.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a todos que, de alguma forma, me ajudaram na realização de mais uma etapa da minha vida: A conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis.

RESUMO

O presente trabalho monográfico surgiu da necessidade de se aprofundar os estudos sobre os aspectos que envolvem a Contabilidade em Organizações do Terceiro Setor. O termo “terceiro setor” tem sido utilizado em oposição ao conceito do primeiro setor e segundo setor, que compreendem o setor público e as atividades da iniciativa privada. Basicamente, pode-se delimitar que o terceiro setor não faz parte do setor público e não possui o interesse no lucro, como ocorre numa empresa comum. Por esse motivo, o terceiro setor é constituído de entidades sem fins lucrativos, como é o caso de associações, igrejas, sindicatos etc. Este trabalho tem como objetivo geral: apresentar a importância da análise financeira para uma Organização do Terceiro Setor; e como objetivos específicos: descrever o significado e a importância do Terceiro Setor e as principais características das Entidades sem fins lucrativos; fazer uma exposição sobre o SEAPAC, sua missão institucional e seus objetivos; elaborar e analisar os indicadores de desempenho financeiro do SEAPAC. A pesquisa foi desenvolvida com adoção de estudo de caso, pesquisas bibliográficas e documentais, bem como por meio de pesquisa direta, com coleta de dados primários. A pesquisa bibliográfica contempla a literatura relacionada a estudos sociais e ao funcionamento de Organizações do Terceiro Setor. A coleta de dados foi realizada através de revista publicada pela ONG, onde constam as demonstrações contábeis dos exercícios 2006 e 2007. Os dados correspondentes a 2008 foram coletados na secretaria do SEAPAC. Este trabalho é de grande relevância social, pois contribui para um melhor entendimento sobre o Terceiro Setor, suas características básicas e sua importância para a Sociedade. De forma geral, estas entidades atuam no sentido de promover o bem-estar comum da sociedade. Por este motivo, geralmente são entidades sem fins lucrativos, em que parte dos recursos é proveniente das doações do setor privado e do governo. Uma das principais obrigações dos administradores das Organizações do Terceiro Setor é prestar contas, primeiramente, ao próprio órgão deliberativo da entidade, e, por fim, ao Poder Público, por meio dos diversos órgãos governamentais, e a outros financiadores. As demonstrações contábeis para o Terceiro Setor são elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade e as Normas Brasileiras de contabilidade aplicáveis à entidade; com algumas denominações diferentes: Patrimônio Social ao invés de Patrimônio Líquido e o resultado da entidade não é lucro ou prejuízo, mas déficit ou superávit. Todas as Organizações do Terceiro Setor devem ser analisadas e administradas como verdadeiras empresas, já que possuem patrimônio social e dada a sua importância para a sociedade como um todo, zelando assim pela sua continuidade, isto é, pela sua sustentabilidade financeira. Nesse sentido, a contabilidade demonstra suas origens e aplicações dos recursos, evidenciando o aspecto de transparência. Isso é fundamental para tornar pública a responsabilidade social, onde estão sendo aplicados os recursos, mostrando assim o resultado financeiro da organização.

Palavras-chaves: Terceiro Setor. Análise Financeira. Contabilidade.

ABSTRACT

This monograph arose from the need for further studies on the aspects regarding the accounting organizations in the Third Sector. The term "third sector" has been used in opposition to the concept of the first sector and second sector, which comprise the public sector and the activities of private enterprise. Basically, you can define the third sector is not part of the public sector and has no interest in profit, as is a joint venture. For this reason, the third sector is made up of nonprofit organizations, such as associations, churches, unions, etc.. This work has the overall goal: to present the importance of financial analysis for a Third Sector Organization, and as specific objectives: to describe the meaning and importance of the Third Sector and the main characteristics of Non-profit organizations, to make a presentation on the SEAPAC, its institutional mission and goals, develop and analyze the financial performance of SEAPAC. The research was developed with the adoption of case study, literature and documentation, as well as through direct research with primary data collection. The literature review covers the literature related to social studies and the operation of the Third Sector Organizations. Data collection was performed by a magazine published by the NGO, which contains the financial statements for the years 2006 and 2007. The data for 2008 were collected at the Registry of SEAPAC. This work is of great social relevance, as it contributes to a better understanding of the Third Sector, its basic characteristics and its importance to society. Generally, these entities act to promote the common welfare of society. For this reason, they are nonprofits, some of whose resources come from donations from the private sector and government. One of the main obligations of directors of nonprofit organizations are accountable firstly to the very deliberative organ of the body and, finally, the Government, through the various government agencies and other donors. The financial statements for the Third Sector is prepared in accordance with the Fundamental Principles of accounting and auditing standards generally applicable to the accounting entity, with a few different names: Heritage instead of Social Equity and the result of the entity is not profit or loss, but deficit or surplus. All nonprofit organizations should be considered and managed as real companies, since they have the corporate assets and given its importance to society as a whole, thus ensuring the continuity, that is, by its financial sustainability. Accordingly, the accounting shows its origins and applications of resources, highlighting the aspect of transparency. This is crucial to make public social responsibility, where are the resources being applied, thus showing the financial results of the organization.

Keywords: Third Sector. Financial Analysis. Accounting

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA.....	14
1.2	CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E SEU AMBIENTE.....	17
1.3	OBJETIVOS.....	18
1.3.1	Objetivo Geral	18
1.3.2	Objetivos Específicos.....	18
1.4	JUSTIFICATIVA.....	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	TERCEIRO SETOR	20
2.2	ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR.....	20
2.3	ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONG's)	21
2.4	TIPOS DE ENTIDADES.....	22
2.4.1	Associações	23
2.4.2	Fundações	23
2.4.3	Sindicatos.....	24
2.4.4	Cooperativas	24
2.5	PARCERIA ENTRE O ESTADO E AS ONG's	24
2.6	RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	25
2.7	BALANÇO SOCIAL.....	26
2.8	CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	26
2.8.1	Recursos do Orçamento Público para o Terceiro Setor	27
2.8.1.1	Auxílios	27
2.8.1.2	Contribuições	27
2.8.1.3	Subvenções	28
2.8.1.4	Convênios, Acordos ou Ajustes	28
2.8.1.5	Termo de Parceria	28
2.8.2	Recursos do Setor Privado para o Terceiro Setor	29
2.8.2.1	Financiamento de Projetos Sociais e Educacionais.....	29
2.8.2.2	Financiamento de Projetos Culturais e Artísticos.....	30

2.9	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30
2.10	CONTABILIDADE GERENCIAL	31
2.11	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	32
2.11.1	Balanco Patrimonial	33
2.11.2	Demonstração do Resultado do Exercício	33
2.11.3	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	34
2.11.4	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	34
2.12	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	34
2.12.1	Análise Horizontal.....	35
2.12.2	Análise Vertical	35
2.12.3	Análise de Liquidez	36
2.12.4	Grau de Endividamento.....	36
3	METODOLOGIA.....	38
3.1	TIPO DE PESQUISA	39
3.2	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	39
3.3	TRATAMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS.....	39
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	41
4.1	Aspecto Patrimonial	41
4.1.1	Ativo.....	41
4.1.1.1	Ativo Circulante.....	41
4.1.1.2	Ativo Permanente	42
4.1.2	Passivo e Patrimônio Líquido.....	43
4.1.2.1	Passivo Circulante	43
4.1.2.2	Passivo Exigível a Longo Prazo.....	44
4.1.2.3	Patrimônio Líquido	45
4.1.2.4	Análise Horizontal	46
4.1.3	Demonstrativo Do Superávit ou Déficit	47
4.1.3.1	Receitas e Despesas	47
4.1.3.2	Superávit ou Déficit.....	49
4.2	Aspectos Financeiros.....	50
4.2.1	Capital Circulante Líquido.....	51
4.2.2	Índice de Liquidez.....	52
4.2.2.1	Liquidez Corrente.....	52
4.2.2.2	Liquidez Geral.....	53

4.2.3	Índice de Endividamento.....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS	

LISTA DE ABREVIATURAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais

DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte

EBAS – Entidade Beneficente de Assistência Social

FBC – Fundação Brasileira de Contabilidade

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

ONG – Organização Não Governamental

OTS – Organizações do Terceiro Setor

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SEAPAC – Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Doações de P. Jurídica – Projetos Sociais e Educacionais	29
QUADRO 02 – Doações de P. Jurídica – Projetos Culturais e Artísticos	30
QUADRO 03 – Comparação do AC em relação ao Ativo Total	41
QUADRO 04 – Comparação do AP em relação as Ativo Total.....	42
QUADRO 05 – Comparação do PC em relação ao Passivo Total.....	43
QUADRO 06 – Comparação do PELP em relação ao Passivo	44
QUADRO 07 – Comparação do PL em relação ao Passivo Total	46
QUADRO 08 – Comparação de Grupo de contas do BP, nos exercícios 2007 e 2008 com relação ao exercício de 2006	46
QUADRO 09 – Comparação das Receitas, Despesas, dos exercícios 2007 e 2008 com relação ao exercício de 2006	47
QUADRO 10 – Comparação das Receitas com relação às Despesas e o Resultado do exercício	48
QUADRO 11 – Capital Circulante Líquido	51
QUADRO 12 – Liquidez Corrente	52
QUADRO 13 – Liquidez Geral	53
QUADRO 14 – Índice de Endividamento	54

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Comparação do AC em relação ao Ativo Total.....	42
GRÁFICO 02 – Comparação do AP em relação as Ativo Total.....	43
GRÁFICO 03 – Comparação do PC em relação ao Passivo Total.....	44
GRÁFICO 04 – Comparação do PELP em relação ao Passivo.....	45
GRÁFICO 05 – Comparação do PL em relação ao Passivo Total.....	46
GRÁFICO 06 – Comparação de Grupo de contas do BP, nos exercícios 2007 e 2008 com relação ao exercício de 2006.....	47
GRÁFICO 07 – Comparação das Receitas, Despesas, dos exercícios 2007 e 2008 com relação ao exercício de 2006	48
GRÁFICO 08 – Comparação das Receitas com relação às Despesas	49
GRÁFICO 09 – Demonstração do Déficit/ Superávit dos exercícios 2006, 2007 e 2008.....	50
GRÁFICO 10 – Capital Circulante Líquido	51
GRÁFICO 11 – Liquidez Corrente	53
GRÁFICO 12 – Liquidez Geral	54
GRÁFICO 13 – Índice de Endividamento	55

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

No âmbito sócio-econômico mundial, atualmente pode-se afirmar que existem três setores distintos, que de formas diversificadas fazem movimentar a economia e trabalham para a evolução da sociedade.

Situado no primeiro setor está o Estado que, por meio de seus órgãos e entidades, segundo Araújo (2006, p.1) exerce suas múltiplas atividades, quais sejam, política, administrativa, econômica e financeira, com o objetivo de cumprir suas finalidades básicas, principalmente a administração e gerenciamento dos bens públicos para atender às necessidades da coletividade.

No segundo setor, situam-se as empresas privadas, que exercem suas atividades com o fim de obter lucros a serem distribuídos aos investidores como remuneração do capital aplicado.

O terceiro setor, de acordo com Loschpe apud Araújo (2000, p.26), é um conceito que vem sendo utilizado no Brasil e em outros países, principalmente dos Estados Unidos da América, para designar o conjunto composto de organizações sem fins lucrativos, cujo papel principal é a participação voluntária, fora do âmbito governamental, que dão suporte às práticas da caridade, da filantropia e do mecenato, voltadas para a garantia do direito de cidadania da sociedade.

Esses conceitos de caridade, filantropia e mecenato, embora distintos e inseridos em contextos diversos, podem existir simultaneamente quando se sabe que o objetivo principal de uma Organização do Terceiro Setor é promover a cidadania em sua plenitude, utilizando-se os diversos meios de que dispõe.

Já de acordo com Machado (2008, p.19), o Terceiro Setor dedica-se a realizar ações que visam o bem comum, desde a época colonial, sendo que a assistência social foi regulamentada apenas em 1993, através da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social).

Este setor é constituído por entidades de fins não econômicos, isto é, que não distribuem lucro. Todo o superávit – quando verificado – é reaplicado na atividade-fim, o que confirma Araújo:

O fato de as organizações desse setor não distribuírem dividendos, aliado ao não pagamento de impostos, pode determinar a importância dessas entidades para a sociedade na consecução de seus objetivos, justificada pela aplicação integral de seus recursos em atividades auxiliares do Estado, na busca pelo bem comum e pela transformação do ser humano. (ARAÚJO, 2006,p.4)

Numa sociedade que busca incessantemente o lucro, pela maximização de resultados financeiros, com metas quase inatingíveis, vive-se momentos de transformação, com políticas de Estado voltadas para o social, com entidades atuando sem visar unicamente o lucro e com pessoas que se realizam em trabalhos voluntários em prol do outro.

As entidades que compõem o Terceiro Setor vêm, cada vez mais, ganhando importância devido a sua atuação na sociedade, passando a ter um maior reconhecimento, a partir do momento em que os setores público e privado tomaram conhecimento da incapacidade do Estado em atender todas as necessidades sociais.

Ampliada a importância do Terceiro Setor, aumentou-se a necessidade de captação de recursos para essas entidades, seja através de empresas privadas, da sociedade, seja pelo apoio dos governos. Dessa forma, surgiu a necessidade de profissionais na gestão e operação das atividades da instituição, onde o gestor assume um importante papel no desempenho dos mais diversos tipos de tarefas, tais como: planejamento, captação de recursos, tomada de decisão, contribuindo de maneira decisiva para a continuidade da entidade, no atingimento dos seus objetivos.

Segundo Drucker (1994, p.12), para as instituições sem fins lucrativos, a análise do desempenho e dos resultados é de fundamental importância, pois recursos bem geridos permitirão a realização das atividades da entidade, garantindo uma sustentabilidade financeira que é um grande desafio para o Terceiro Setor.

Neste contexto, o profissional da área contábil assume papel fundamental, pois auxiliará estas entidades, tornando-as transparentes em suas ações, principalmente nas demonstrações contábeis, de forma a apresentar a todos os interessados, o quanto elas contribuem qualitativa e quantitativamente para com a sociedade.

Segundo Peyon (2004,p.35) o CFC - Conselho Federal de Contabilidade, atento às necessidades destas Instituições e dos profissionais dessa

área, conta com o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, que trata dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, tais como: Fundações e Entidades sem finalidade de lucros. Como resultado desse trabalho, o CFC lançou, em dezembro de 2003, o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social. Em 2007, foi lançada a segunda edição revisada do referido manual e esse mesmo Grupo de Trabalho já está trabalhando a terceira edição, desta vez, com a colaboração de dois conselheiros do CNAS.

De acordo com Machado (2008, p. 22) o Terceiro Setor está em expansão no mundo inteiro, e não é diferente no Brasil.

“As Organizações do Terceiro Setor movimentam mais de US\$ 1 trilhão em investimentos no mundo, sendo cerca de US\$ 10 bilhões deles no Brasil, o equivalente a 1,5% do PIB – Produto Interno Bruto”. (TACHIZAWA, 2007, p.21)

Segundo Machado (2008, p.22), é importante que estas entidades, principalmente as certificadas pelo CNAS, tenham uma contabilidade fidedigna, tanto para a prestação de contas ao público usuário, como para financiadores, órgãos fiscalizadores e demais interessados. Diante desta exposição, surge o questionamento:

Qual a importância da análise financeira para uma Organização do Terceiro Setor?

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E SEU AMBIENTE

O SEAPAC – Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários, Organização do Terceiro Setor, com Sede na Av. Floriano Peixoto, 381-A – Bairro Tirol – Natal/RN é vinculada à Ação Social da Igreja Católica do Rio Grande do Norte – Província Eclesiástica de Natal, constituída pela Diocese de Caicó, Diocese de Mossoró e Arquidiocese de Natal.

Criado no ano 1993, o SEAPAC é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de duração por tempo indeterminado. Tem como missão institucional “ sensibilizar a sociedade e o poder público norte-rio-grandense para a necessidade da existência e fortalecimento da produção familiar e das suas organizações representativas, enquanto alternativa de desenvolvimento para as mulheres e homens empobrecidos do campo e da cidade”.

O objetivo geral do SEAPAC é: Apoiar e fortalecer as organizações representativas dos empobrecidos do campo e a produção familiar, estimulando a construção de uma nova ética reguladora da sociedade, base de um modelo de desenvolvimento economicamente solidário, politicamente democrático, socialmente justo e ecologicamente sustentável.

Seus objetivos específicos são: Apoiar a produção familiar através de parcerias e assistência técnica adequada, disponibilizando crédito e informações sobre o mercado, visando aumentar e melhorar a produção e a produtividade, a viabilização do intercâmbio de seus produtos, a preservação do meio ambiente e incentivando os produtores na conquista das políticas públicas; Favorecer o desenvolvimento integral das famílias e comunidades através da promoção gratuita da assistência social, da cultura, da educação, da saúde e segurança alimentar e nutricional, priorizando crianças, mulheres, jovens e idosos; Promover a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente, fomentando o desenvolvimento sustentável; Trabalhar pela promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; e Promover o voluntariado.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Apresentar a importância da análise financeira para uma Organização do Terceiro Setor.

1.3.2 Objetivos Específicos

I - Descrever o significado e a importância do Terceiro Setor e as principais características das Entidades sem fins lucrativos;

II - Fazer uma exposição sobre o SEAPAC, sua missão institucional e seus objetivos;

III - Elaborar os indicadores de liquidez, endividamento e análise temporal do SEAPAC, referente aos anos 2006, 2007 e 2008.

1.4 JUSTIFICATIVA

Este trabalho é de grande relevância social, pois contribui para um melhor entendimento sobre o Terceiro Setor e sobre as entidades que o compõem; suas características básicas e sua importância para a Sociedade.

Todas estas entidades do Terceiro Setor devem ser analisadas e administradas como verdadeiras empresas, já que possuem serviços, produtos, clientes e público-alvo. Nesse sentido, a Contabilidade comprova sua importância na demonstração das origens e aplicações dos recursos, fazendo uma análise das demonstrações financeiras, evidenciando o aspecto da transparência. Isso é fundamental para tornar público a responsabilidade social da empresa, onde estão sendo aplicados os recursos, mostrando assim o trabalho realizado como também o resultado financeiro.

Considera-se que este trabalho será útil para os profissionais da área contábil, tendo em vista ser o Terceiro Setor, um potencial mercado de trabalho, carente de especialistas e sobre o qual, ainda é incipiente o conhecimento, devido às mudanças constantes nas legislações pertinentes. Também servirá de fonte de

pesquisa para acadêmicos e pesquisadores que desejarem se aprofundar sobre o assunto abordado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERCEIRO SETOR

A expressão “Terceiro Setor”, segundo Camargo et al (2002, p. 18) é oriunda do inglês, “third sector”, adaptada recentemente no Brasil, como “Sociedade Civil”. Nos Estados Unidos, a definição é mais madura, e faz-se uma associação com organizações não-governamentais e organizações sem fins lucrativos.

As características primordiais são inúmeras, com destaque para pequenas ações locais, organizadas por entidades religiosas, organizações filantrópicas e de base social, cuja totalização configura-se num sistema beneficente de profunda participação no mercado.

A essência do Terceiro Setor reporta-se a um conceito abstrato e ideológico, no qual se atribui a existência de um mecanismo social público, porém não-estatal. Ao mesmo tempo, tem um conteúdo concreto, referente ao conjunto de entidades filantrópicas sem fins lucrativos, que reúne um aparato de recursos particulares em defesa de interesses coletivos. (CAMARGO et al, 2002, p.18).

O terceiro setor, como é conhecido, é independente e pautado na voluntariedade. Porém, para manter um projeto social há necessidade de capital financeiro. Para angariá-lo, não se pode contar apenas com doações, pois estas estão cada vez mais escassas. Assim, uma entidade sem fins lucrativos carece de fundos, os quais podem advir do Setor Públicos, os quais serão utilizados na sua atividade-fim e na manutenção da entidade.

2.2 ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR

O Estado que, por meio de seus órgãos e entidades, de acordo com Araújo (2006, p.1) exerce suas múltiplas atividades, quais sejam, política, administrativa, econômica e financeira, com o objetivo de cumprir suas finalidades básicas, principalmente a administração e gerenciamento dos bens públicos para atender às necessidades da coletividade. Este é o Primeiro Setor.

“As empresas privadas, que exercem suas atividades com o fim de obter lucros a serem distribuídos aos investidores como remuneração do capital aplicado formam o Segundo Setor”. (ARAÚJO, 2006, p.1)

O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, que segundo loschpe et al (2005, p.27), criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade e da filantropia, graças, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações da sociedade civil.

A importância do Terceiro Setor é reafirmada, entretanto na participação da economia, através o mercado de trabalho, empregando uma massa significativa de trabalhadores.

Segundo Camargo et al (2002, p.23), existe uma desigualdade social, estimulada pela excessiva concentração de renda, motivada pelo surto inflacionário que predominou no Brasil nas décadas 70 e 80, deixando a população de baixa renda, cada vez mais pobre, punida pela corrosão do valor da moeda e a classe privilegiada cada vez mais rica, beneficiada pela correção monetária dos valores aplicados no mercado, e assim fortalecendo a atuação das entidades filantrópicas.

A discussão em torno da identidade do terceiro setor depara-se com diversas críticas pela tentativa de interpretar cada um dos termos empregados nas definições de terceiro setor, considerando, dentre outros aspectos, principalmente a estrutura, a missão e os objetivos das organizações participantes desse setor. (ARAÚJO, 2006, p.3)

2.3 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONG's)

As ONG's são um novo mecanismo para estabelecer a relação entre sociedade, Estado e mercado. Elas não são novas, mas, no contexto brasileiro e latino-americano de democratização, elas reaparecem com um novo vigor, não só na área do atendimento, mas também pela perspectiva de defesa e conquista de direitos. No início dos anos noventa, acreditava-se que as ONG's tinham mais agilidade e legitimidade do que o Governo, para atender à demanda da população em situação de vulnerabilidade e até mesmo às questões ecológicas.

De acordo com Prado (2007, p.36), no processo de democratização, a sociedade civil, o Estado e o próprio mercado passam por reformulações e necessitam de requalificar suas ações. Os movimentos sociais têm necessidade de

melhor se estruturar, para enfrentar certas demandas e, ao mesmo tempo, estabelecer parcerias.

Conforme afirma PRADO (2007, p. 36-37), no Brasil, após o governo ditatorial populista de Getúlio Vargas e antes da ditadura militar, a sociedade civil começou a se reorganizar em projetos de curto alcance, mas com enfoque político acentuado. Era liderada pela classe média intelectualizada e militante, com importante participação da Igreja. A expansão do sindicalismo no Brasil na década de 60 fortaleceu a idéia de organizar as comunidades de origem popular e trabalhadora. Com o fechamento de espaços institucionais de participação, partidos e sindicatos, houve um crescimento das organizações civis, à revelia do sistema. Assim, as ONG's surgiram no país durante os anos 70 e ganharam visibilidade após a promulgação da Constituição de 1966, com a criação dos conselhos.

Segundo esse mesmo autor, a expressão Organização Não-Governamental (ONG) foi definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946, para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, voltados ao desenvolvimento de comunidade. Essas organizações não são órgãos vinculados ao Estado no sentido de entes estatais. Seu objetivo é atuar como agência de cooperação financeira e de apoio a projetos de desenvolvimento ou assistenciais de movimento de base e comunitários, das populações em situação de vulnerabilidade social.

A filosofia que dá suporte às ONG's é a solidariedade, pois elas têm como missão a busca da justiça social e a proteção do planeta. Nesse sentido, são instrumentos da sociedade para enfrentar processos de pobreza e de desigualdade social, bem como para erradicar o analfabetismo, a fome e as diferentes formas de violação de direitos. Toda ação humana pressupõe perigos e riscos, mas também oportunidades. As práticas de solidariedade podem ajudar na construção de um tecido social e na formação de políticas sociais.

2.4 TIPOS DE ENTIDADES

Na compreensão da existência e funcionamento do Terceiro Setor e das Organizações Não-Governamentais, deve ser compreendida a expressão hoje freqüente na mídia e analisada por estudiosos, profissionais, muitas vezes ainda

desconhecida pelo grande público, tornando-se interessante o conhecimento sobre os principais grupos de entidades que compõem este Setor da sociedade.

Quando mencionamos a terminologia “ entidades sem fins lucrativos”, estamos abrangendo uma vasta gama de espécies, tais como as associações, as fundações, os sindicatos, as sociedades cooperativas, entre outras entidades consideradas filantrópicas e beneficentes de assistência social e as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico.

2.4.1 Associações

Associação, conforme Young (2008, p.31), é uma pessoa jurídica constituída para atender aos interesses comuns relativos ao caráter religioso, cultural, assistencial e esportivo. Não há presença da intenção de obter lucro ou divisão de resultados, embora possua patrimônio, este formado através da contribuição de seus membros para a consecução de um fim comum. A associação poderá desempenhar atividade lucrativa, desde que não efetue a distribuição do lucro decorrente desta.

Ao conceituar o que venha a ser uma Associação, Souza (2006, p.128) , amparado no estatuto civil brasileiro vigente, classifica como uma das espécies de pessoa jurídica de direito privado, onde um certo número de pessoas, ao se congregarem, coloca em comum serviços, atividades, conhecimentos etc. em prol de um mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim, econômico ou não, com ou sem capital e sem intuítos lucrativos.

2.4.2 Fundações

“As fundações podem ser conceituadas como uma universidade de bens, com personalidade jurídica, para atingir um fim estipulado pelo fundador, sendo seu objeto imutável”. (YOUNG, 2008, p. 33)

Fundação é um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por seu instituidor. Contudo, segundo Araújo (2006, p. 17) há que se verificar uma importante situação no tocante à criação de fundações colocada pelo art. 62 ,

parágrafo único, do Código Civil brasileiro, o qual reza que as fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistências.

2.4.3 Sindicatos

“A palavra sindicato significa associação prevista na legislação brasileira para representação de categoria profissional ou econômica”. (FERREIRA, 2004, p. 741)

Segundo Camargo et al (2002, p 35), existem duas concepções distintas sobre natureza jurídica do sindicato. A lei tende a identificar, nos regimes ditatoriais, como pessoa jurídica de direito público, subordinando-o ao seu poder político por manter estreitas ligações com o Estado. Já em outros países de cultura democrática é denominado como pessoas de direito privado.

2.4.4 Cooperativas

“Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. (TACHIZAWA, 2007, p 138)

O cooperativismo, conforme Camargo et. al, (2002, p.36) evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social, é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos.

2.5 PARCERIA ENTRE O ESTADO E AS ONG'S

Ao descrever sobre as organizações não-governamentais, Prado (2007, p.41) afirma que elas são compostas de pessoas que não pretendem substituir a ação do Estado, mas que estimulam a rediscussão de seu papel, numa perspectiva que inclua a participação cidadã no processo de democratização, direcionando o foco do desenvolvimento centrado no Estado e no mercado. São protagonistas que têm clareza de seu papel e de sua responsabilidade social.

Ainda, segundo esse mesmo autor (2007, p. 41), as ONG's são públicas, mas não são estatais, apesar de não estarem vinculadas ao Governo, porque se dedicam a causas e problemas sociais. Também não têm como objetivo o lucro, mas o atendimento das necessidades da sociedade. Seu trabalho é financiado por agências de cooperação nacionais, internacionais, governamentais e não-governamentais, ou mesmo por outras ONG's, em função de projetos a ser desenvolvidos e por contarem com trabalho voluntário, o que aumenta a competitividade das ações.

Essas organizações vêm afirmando cada vez mais, sua atuação no cenário público, articulando-se em redes e foros, e enfrentando o desafio de trabalhar com políticas sociais, na elaboração de propostas alternativas, abrangendo as áreas do trabalho, saúde e educação, entre outras.

2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social, segundo Tinoco (2001, p.116), pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam ser atendidas. Significa ainda, a responsabilidade pública, o cumprimento e a superação das obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização. É também o exercício de sua consciência moral e cívica, advinda de ampla compreensão de seu papel no desenvolvimento da sociedade.

Percebe-se que as realidades econômicas e sociais estão sempre andando juntas em qualquer conceituação sobre responsabilidade social. É importante comentar que a responsabilidade social tem um caráter importante no mundo dos negócios, pois oferece mais credibilidade, atrai investidores, projeta a empresa no mercado, melhora o desempenho dos funcionários, valorizando sua imagem e seus produtos. Para Tinoco (2001, p 116), a grande responsabilidade social das organizações consiste em gerar renda e emprego, de maneira mais justa e equilibrada; também se preocupando com aqueles que estão afastados do trabalho e do mercado e se sentem excluídos pela sociedade.

Neste aspecto, a responsabilidade social altera os paradigmas de negócios tradicionais porque integram valores dentro da gestão empresarial.

2.7 BALANÇO SOCIAL

Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação, que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes, os funcionários. (TINOCO, 2001, p.114).

“O Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências das entidades na promoção humana, social, ecológica, divulgada aos gestores, aos empregados e à comunidade”. (KROETZ, 2000, p.78)

O Balanço Social, segundo esse mesmo autor, é o instrumento de gestão e de informação que evidencia plenamente as informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, propiciando uma visão completa da participação, contribuição sócia e econômica da empresa em seu ambiente de atuação, agregando assim, um conjunto de informações, relacionando as despesas das empresas em itens considerados sociais.

2.8 CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

“Captar recursos é uma das atividades fundamentais dessas organizações e deve ser compreendida, assimilada e realizada, mesmo que indiretamente, por toda a organização”. (CRUZ; ESTRAVIZ, 2003, p.17).

A captação de recursos constitui um dos principais entraves para o desenvolvimento sustentável das entidades. No Terceiro Setor é grande a diversidade de instituições que precisam angariar recursos, sejam financeiros, materiais ou de serviços voluntários. Assim, como no mundo empresarial, as facilidades de arrecadação oscilam em virtude da credibilidade ou do reconhecimento de cada instituição.

A maioria destas entidades depende fortemente de doações para composição de seus fundos, cujo valor é utilizado na cobertura de despesas de manutenção da instituição e em atividades operacionais, revertidas em benefícios do ser humano.

Segundo Camargo et al (2002, p. 47), essas entidades estão apoiadas em fontes estratégicas de recursos, tais como doações e o trabalho voluntário, que variam dependendo do interesse ou mesmo da vontade do próprio doador, não

sendo aconselhável que se torne o único meio de captação. Muitas instituições também buscam parcerias junto aos órgãos públicos ou mesmo com empresas privadas, com o intuito de manter a sustentabilidade ou de promover ações em benefício do ser humano.

Neste contexto, uma boa estratégia de captação de recursos além de contribuir para a sustentabilidade das entidades, contribui também para a viabilização dos seus objetivos e projetos, reduzindo sua vulnerabilidade e proporcionando uma melhor qualidade de vida aos assistidos pela organização .

2.8.1 RECURSOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO PARA O TERCEIRO SETOR

Considerando que essas organizações do terceiro setor são entidades privadas que prestam serviço de natureza pública, segundo Albuquerque (2006, p. 49-50), o Estado prevê formas de apoio e financiamento de suas atividades, em diversas modalidades.

2.8.1.1 Auxílios

“Auxílios derivam da Lei do Orçamento e se destinam a entidades de direito público ou privado sem finalidade lucrativa” (Albuquerque; 2006, p.49).

A Lei Federal nº 4.320/64, em seu art, 12, §6º, qualifica o auxílio como uma espécie de transferência de capital, derivada diretamente da Lei de Orçamento, e destina-se a investimentos ou inversões financeiras que entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços.

2.8.1.2 Contribuições

“Contribuições são concedidas em virtude de lei especial e se destinam a atender a ônus ou encargos assumidos pela União” (Albuquerque; 2006, p.49).

A contribuição, prevista na Lei Federal nº 4.320/64, art. 12, §2º e §6º, pode ser classificada tanto como transferência corrente ou transferência de capital, quando então derivará de lei especialmente anterior ao repasse. Já a Lei Federal nº

11.178/05 (Lei das Diretrizes Orçamentárias) veicula uma regulamentação mais clara desta espécie de repasse público, estabelecendo em seu art. 32, caput, que “é vedada a destinação de recursos a entidade privada a título de contribuição corrente, ressalvada a autorizada em lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a administração pública federal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual”.

2.8.1.3 Subvenções

Segundo Olak (2008, p.31), as subvenções constituem-se na maior fonte de receita para muitas entidades sem fins lucrativos. É através destes recursos que muitas entidades conseguem cumprir suas finalidades sociais. Estes recursos são normalmente empregados na manutenção do patrimônio, folha de pagamento, materiais de uso e consumo e, outras vezes, utilizados em investimentos de novos projetos. De acordo com esse mesmo autor, há dois tipos de subvenções: ordinárias e extraordinárias. As subvenções ordinárias são recursos recebidos ordinariamente, destinados normalmente, para fazer face às despesas de manutenção e outras despesas regulares da entidade. Já, as subvenções extraordinárias são recursos recebidos esporadicamente, para atender a projetos específicos da entidade.

2.8.1.4 Convênios, acordos ou ajustes

Conforme afirma Albuquerque (2006, p. 50), convênios, acordos ou ajustes são meios jurídicos para execução de serviços de interesse recíproco dos órgãos e entidades da administração federal e de outras entidades públicas ou particulares, sempre em regime de cooperação. Portanto, há aporte de recursos de ambas as partes – não é exigido apenas recurso financeiro. O convênio autoriza a aquisição de equipamentos e matérias permanentes, com destinação predeterminada.

2.8.1.5 Termo de parceria

Ainda, segundo o mesmo autor, o Termo de Parceria foi criado, somente para as OSCIPs, a fim de atender às entidades que desenvolvem projetos conjuntos com o Estado e sofriam com a burocracia e as restrições dos convênios no tocante à sua duração limitada, impossibilidade de contratação de mão-de-obra adicional e relatórios formalistas. Essa nova modalidade traz inovações: pode ter período superior ao exercício fiscal, estipula metas e resultados a ser atingidos, fixa critérios de avaliação, estabelece obrigatoriedade de auditoria independente para valores superiores a R\$ 600 mil e elaboração de cronograma físico- financeiro, entre outras.

2.8.2 RECURSOS DO SETOR PRIVADO PARA O TERCEIRO SETOR

2.8.2.1 Financiamento de Projetos Sociais e Educacionais:

Projetos Sociais e Educacionais podem ser financiados tanto por Doações de Pessoas Físicas quanto Doações de Pessoas Jurídicas. As doações representam uma importante fonte de recursos para as entidades do Terceiro Setor, dando condições a essas mesmas entidades a exercerem sua função social.

Desde 1996, segundo Albuquerque (2006, p. 52) é permitida a doação de pessoas físicas para entidades, mesmo as de utilidade pública, mas sem qualquer vantagem fiscal. No caso de doações para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, há vantagens fiscais no limite de até 6% do valor do imposto de renda devido. De acordo com a Secretaria da Receita Federal, em 2002 o volume de doações no Brasil foi de cerca de R\$ 3,6 milhões apenas. Outra possibilidade é a doação em favor de projetos culturais e investimentos realizados com incentivo a atividades audiovisuais.

No quadro a seguir, estão listadas as entidades beneficiárias de Doações de Pessoas Jurídicas, destinadas a Projetos Sociais e Educacionais e os respectivos benefícios fiscais para o agente doador.

Contribuições em favor de:	Tratamento das despesas
Instituições de ensino e pesquisa sem fins lucrativos, que destinam	Dedutível até o limite de

superávit à educação, e, no caso de encerramento , destinem patrimônio à escola comunitária ou ao poder público. Essas instituições têm de ser criadas por lei federal: universidades, faculdades e escolas técnicas	1,5% do lucro operacional, sem computar despesas com doação.
Entidades Cívis, constituídas no Brasil, sem finalidade lucrativa, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora e seus dependentes, ou em benefício da comunidade de outrem.	Dedutível até o limite de 2% do lucro operacional, sem computar despesas com doação.

Quadro 01: Doações de Pessoas Jurídicas - Projetos Sociais e Educacionais
Fonte: Deloitte – Seminário “ Investimento social privado: aspectos tributários”, dez 2003

2.8.2.2 Financiamento de Projetos Culturais e Artísticos:

Já a doação de recursos para financiamento de Projetos Culturais e Artísticos é regida pela Lei 8.313/91, conforme quadro abaixo:

Base Legal	Espécie	Despesa	Dedução do IRPJ
Art. 18, Lei 8.313/91	Patrocínio Doação	Não dedutível	100% da despesa, limitada a 4% do Imposto de Renda de 15%.
Art. 26, Lei 8.313/91	Patrocínio	Dedutível	30% da despesa, limitada a 4% do IRPJ de 15%.
Art. 26, Lei 8.313/91	Doação	Dedutível	40% da despesa, limitada a 4% do IRPJ de 15%.

Quadro 02: Doações de Pessoas Jurídicas - Projetos Culturais e Artísticos
Fonte: Deloitte – Seminário “ Investimentosocial privado: aspectos tributários”, dez 2003.

2.9 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Ao analisar a Administração Financeira ao longo dos tempos, pode-se dizer que a área das finanças vem ganhando cada vez mais importância, devido às novas exigências da nova conjuntura mundial. “Finanças é a arte e a gestão do dinheiro. Praticamente todos os indivíduos e organizações recebem , gastam ou investem dinheiro”. (GITMAN, 2006, p.4). Complementando o pensamento deste autor, Weston e Brigham (2000, p.4) explicam que “as finanças consistem em três áreas inter-relacionadas: mercados monetários e de capitais; investimentos e administração financeira”.

Ao discorrer a administração financeira, Gitman (2006, p.5) afirma que as principais áreas de finanças podem ser divididas em duas partes: Serviços Financeiros e Administração Financeira. A primeira é a área de finanças voltadas para o desenvolvimento e a prestação de assessoria, tanto quanto a entrega de produtos financeiros a empresas, governo e a pessoas físicas. A segunda parte diz respeito à responsabilidade do administrador financeiro de uma empresa. Os administradores financeiros cuidam das finanças de qualquer tipo de empresa, seja ela financeira ou não, privada ou pública, com ou sem fins lucrativos.

Nessa percepção, a Administração Financeira abrange todos os tipos de negócios, sejam eles com ou sem fins lucrativos. As ações do administrador financeiro, relativas às tomadas de decisão e ao planejamento financeiro são de fundamental importância para um bom desempenho da empresa, órgão ou entidade, na realização dos seus objetivos.

2.10 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial, segundo Gitman (2006, p.7) é um dos instrumentos mais importantes para auxiliar a administração de uma empresa. Seus relatórios abrangem os diferentes níveis hierárquicos e funcionam como ferramenta indispensável nas tomadas de decisão, causando forte influência no processo de planejamento estratégico empresarial e no orçamento.

“A contabilidade gerencial destina-se ao fortalecimento de informações aos gerentes, isto é, às pessoas que estão dentro da organização, que dirigem e controlam as operações desta”. (GARRISON; NOREEN, 2001, p.1). Num sentido mais profundo, “ está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se encaixem de maneira validada e efetiva , no modelo decisório do administrador”. (IUDICIBUS, 1998, p.21).

De forma geral, as empresas devem utilizar a contabilidade gerencial para direcionar seus negócios, utilizando-a também como um instrumento de análise de desempenho dos resultados, considerando-se que tal prática proporciona segurança nas operações presentes e futuras.

2.11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

“Os relatórios contábeis são a exposição resumida e ordenada de dados coletados pela contabilidade em determinado período. Destacam-se aí, as Demonstrações Financeiras ou Demonstrações Contábeis” (MARION, 2006, p. 25).

Segundo Santos, et. al (2007, p.1), as demonstrações contábeis estão elencadas na Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, Art. 176, que estabelece como obrigatórias as seguintes: a) Balanço Patrimonial - BP; b) Demonstração do resultado do exercício - DRE; c) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados - DLPA; d) Demonstração das Origens e Aplicações de recursos - DOAR.

De acordo com a Lei nº 11.638/2007 que modificou a Lei das Sociedades por Ações de nº 6.404/76, deixa de ser obrigatória a apresentação da DOAR, e passa a ser exigida a Demonstração Fluxo de Caixa - DFC.

Existe também a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, que é obrigatória, somente em caso de companhias abertas. Se elaborada, dispensará a apresentação da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

As demonstrações contábeis são complementadas pelas notas explicativas. “ As Notas Explicativas esclarecem os métodos e critérios utilizados para avaliação do patrimônio e os elementos que contribuíram para a formação do resultado”. (NEVES; VICECONTI, 2004, p. 362).

Para Araújo (2006, p. 53), no Terceiro Setor, as demonstrações contábeis estão de acordo com as normas e emendas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) , O Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, onde estabelece os critérios de avaliação, registro de transações de eventos, bem como estruturação das demonstrações contábeis, são demonstrados na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 10.19, em seu item 10.19.11. Nessa mesma norma, em seu subitem 10.19.3.1, determina que as organizações sem fins lucrativos atendam aos ditames da NBCT 3, que trata da estrutura das demonstrações contábeis, determinando as informações que devem ser divulgadas pelas organizações do Terceiro Setor.

“Para as organizações sem fins lucrativos, o CFC, na sua NBC T 10.19, determina a substituição da Conta Capital Social, pela expressão Patrimônio Social,

não fazendo alusão à mudança na denominação do grupo Patrimônio Líquido”. (ARAÚJO, 2006, p. 55).

2.11.1 Balanço Patrimonial

“É a demonstração que tem por objetivo, expressar os elementos financeiros e patrimoniais de uma entidade, através de suas aplicações (ativo) e origens (passivo)”. (NEVES; VICECONTI, 2004, p. 335).

De acordo com a Lei 6.404/76, o balanço está dividido em três elementos básicos: Ativo, que são as aplicações dos recursos; Passivo, que compreende as exigibilidades e obrigações e o Patrimônio Líquido, que representa a diferença entre o ativo e o passivo.

Dessa forma, o Balanço Patrimonial representa a posição patrimonial da entidade num determinado período, sendo dividido em duas colunas, onde, numa estão dispostos os bens e direitos por grau de liquidez, e na outra, as obrigações classificadas por ordem decrescente do grau de exigibilidade.

2.11.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

“A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida, dos resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa, durante o exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido”. (ASSAF NETO, 2007, p.84).

De acordo com Marion (2006, p.112) a Demonstração do Resultado do Exercício é onde se verifica o retorno resultante o exercício do investimento, se houve lucro ou prejuízo.

Segundo Iudícibus, et al (2007, p.8), o art. 187 da Lei 6.404/76 define o conteúdo da DRE, que deve ser apresentada na forma dedutiva, com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas, definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido.

Para as organizações do Terceiro Setor, a Norma do CFC determina a alteração da nomenclatura, para superávit ou déficit do período, que de acordo com a NBC T 3 é chamada de resultado líquido do período e na Lei 6.404/76, em seu art. 187, VII, é chamada de lucro ou prejuízo do exercício. (Araújo, 2006, p. 56).

2.11.3. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

“A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados retrata as movimentações ocorridas na conta de lucros acumulados do patrimônio líquido, fornecendo explicações sobre seu comportamento ao longo do exercício social”. (ASSAF NETO, 2007, p.97).

Segundo Santos (2007, p.29) a DLPA possibilita a clara evidenciação da movimentação ocorrida no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados, uma vez que as inúmeras operações que se processam nessa conta, fazem com que o lucro líquido do exercício constante da DRE seja diferente do saldo final da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Enquanto a DRE evidencia a formação do lucro do exercício, a DLPA revela as alterações verificadas nos lucros acumulados da empresa.

2.11.4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

“A DOAR procura evidenciar as origens de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo e as aplicações de recursos que consomem essa folga”. (Iudícibus, et al; 2007, p.8)

As origens de recursos são subdivididas em: geradas pela própria empresa por suas operações; os recursos obtidos dos sócios e recursos de terceiros. As aplicações incluem a destinação para dividendos, as aplicações em ativos permanentes e de longo prazo e as utilizações para devolução dos empréstimos tomados de terceiros, a longo prazo. (IUDÍCIBUS, et al (2007. p 8).

A demonstração das origens e aplicações de recursos, segundo Santos, et al (2007, p. 37) tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sucinta, as variações ocorridas no capital circulante líquido da entidade, isto é, a movimentação relativa às operações de financiamento (origens) e investimentos (aplicações) da entidade.

2.12 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis ou análise de balanços é considerada uma arte, apesar de utilizar fórmulas matemáticas e

métodos científicos, pois a partir dos mesmos dados, cada analista poderá produzir diagnósticos diferentes, dependendo do seu grau de conhecimento no ramo, sensibilidade, experiência prática. (HOJI, 2001)

“Análise de balanço é um trabalho fascinante para as áreas de Finanças e Contabilidade. É através dela que se podem avaliar os efeitos de certos eventos sobre a situação financeira de uma empresa”. (MATARAZZO, 2003, p.27).

Segundo Silva (2001, p. 22), “as demonstrações contábeis são canais de informações sobre a empresa, tendo como objetivo principal subsidiar a tomada de decisão”.

Nesse contexto, a análise das demonstrações contábeis é a análise dos principais relatórios gerados a partir do balanço patrimonial, permitindo que os administradores, empresários e investidores avaliem a real situação econômico-financeira da empresa. Dessa forma, a análise deverá conter análise vertical, horizontal, índice de liquidez, atividade e outros cálculos, para que se possa ter um retrato da organização, condizente com a realidade.

2.12.1 Análise horizontal

“O propósito da análise horizontal é permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas que compõem as demonstrações financeiras”. (SILVA, 2001, p. 23).

A análise horizontal envolve o cálculo de porcentagens de cada item das demonstrações financeiras em comparação com períodos anteriores. “A evolução de cada conta mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências”. (MATARAZZO, 2003, p. 245).

Enfim,, a análise horizontal é um processo de análise temporal, onde são feitas comparações entre valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais.

2.12.2 Análise vertical

“Análise vertical é um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um

valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo". (ASSAF NETO, 2007, p.123) .

A análise vertical refere-se a uma data ou período, embora deva ser mencionado novamente o aspecto de complementariedade dos dois enfoques (horizontal e vertical). Evidentemente é necessário comparar as análises verticais de demonstrações de datas ou períodos diferentes para se poder chegar a uma explicação mais apropriada dos acontecimentos observados. (SANVICENTE, 1997, p. 173).

Nesse contexto, a análise vertical possui um caráter de comparação por período, isto é, as suas apurações do ano atual devem ser comparadas com anos anteriores, e ainda evidenciar como se modificaram para mais ou para menos as relações entre diferentes níveis de liquidez dos ativos e passivos da empresa.

2.12.3 Análise de Liquidez

A literatura revela que a liquidez constitui a condição que a entidade possui com o intuito de atender às suas obrigações operacionais de suas atividades fins. "Uma boa liquidez ocorre quando os ativos e passivos da entidade são administrados de forma conveniente e compatível com as suas necessidades". (BRAGA, 1995, p. 29)

"Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros". (ASSAF NETO, 2007, p. 189)

A análise de liquidez ou da capacidade de solvência de uma empresa é realizada através do cálculo e interpretação dos índices de liquidez. Os índices de liquidez normalmente empregados são: Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Imediata. Todos eles relacionam bens e direitos com obrigações da firma, por intermédio de uma simples operação de divisão. Enfim, os índices de liquidez medem "o quanto a empresa possui para cada unidade monetária que ela deve".

2.12.4 Grau de Endividamento.

O grau ou índice de endividamento é obtido pela relação entre o capital de terceiros (curto e longo prazo) e o capital próprio. $\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{PL}}$. Representa quanto a empresa tomou de empréstimo para cada \$1,00 de capital próprio aplicado.

“O índice também pode ser definido pela relação somente das dívidas de curto prazo ou de longo prazo com o patrimônio líquido, revelando o endividamento em função da maturidade do passivo”. (ASSAF NETO, 2007, p.165). Este índice revela qual o percentual do capital total é composto por capital de terceiros, ou seja, obrigações de curto e longo prazo.

3 METODOLOGIA

Para definir o critério de classificação adotado nesta pesquisa, utilizou-se como referencial, o conceito de Beuren (2003,p.79) que diz: considerando as particularidades da contabilidade, optou-se por focar tipologias de delineamentos de pesquisas, que se acredita serem mais aplicáveis a esta área do conhecimento, agrupadas em três categorias: a pesquisa quanto aos objetivos que contempla a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; a pesquisa quanto aos procedimentos que aborda o estudo de caso, pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental; e a pesquisa quanto à abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa.

A tipologia da pesquisa quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois tem o objetivo conhecer com maior profundidade, a importância da análise financeira para uma Organização do Terceiro Setor. Quanto aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso, onde é feito um estudo na Organização SEAPAC – Serviço de Apoio a Projetos Alternativos e Comunitários; e quanto à abordagem do problema, ela é qualitativa, pois consta de uma análise no processo de gestão da entidade em estudo.

Pesquisa exploratória, segundo GIL apud BEUREN (2003, p.80) é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipótese precisa e operacionalizável.

O mesmo autor explica que, o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível, mediante os outros tipos de delineamento considerado.

“Na pesquisa qualitativa, concebe-se análise mais profunda em relação ao fenômeno que está sendo estudado.” (BEUREN, 2003, p.92).

Logo, todos estes procedimentos utilizados, avaliarão no desfecho da pesquisa, atingindo os propósitos desejados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida com adoção de estudo de caso, pesquisas bibliográficas e documentais, bem como por meio de pesquisa direta, com coleta de dados primários.

A pesquisa bibliográfica contemplou a literatura relacionada a estudos sociais e ao funcionamento de Organizações do Terceiro Setor, Entidades sem fins lucrativos.

A pesquisa documental foi dirigida para análise dos relatórios das atividades realizadas no âmbito estadual, informações financeiras e contábeis da Organização.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.

Na busca de informações para o enriquecimento da pesquisa, a coleta de dados foi de grande importância pois refletiu a parte prática do estudo, através do uso de instrumentos e de técnicas selecionadas para obtenção dos resultados desejados.

As informações foram coletadas das Demonstrações Contábeis referente aos anos 2006, 2007 e 2008. Trata-se de dados primários, que foram transformados em gráficos e tabelas e avaliados, comparando-se com os resultados apresentados.

3.3 TRATAMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS

“Analisar os dados significa trabalhar com todo o material obtido durante o estudo, com os relatos de observações, as transcrições de entrevistas, as informações dos documentos e outros dados disponíveis” . (BEUREN, 2003, p.136).

Conforme relatado no item anterior, foram coletados dados mediante análise documental de relatórios contábeis e questões estruturadas junto à equipe da administração da entidade.

Todas as informações foram compiladas e transformadas em gráficos e tabelas que permitiram a formulação de indicadores e demais elementos necessários à análise dos dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ASPECTO PATRIMONIAL

Ao observar os aspectos patrimoniais, foi efetuada uma análise geral dos resultados do SEAPAC, através do estudo dos dados das demonstrações financeiras, para identificar os pontos positivos e negativos da entidade.

4.1.1 Ativo

Compreende os recursos aplicados pela empresa, capazes de gerar fluxos futuros de caixa e são representados por bens e direitos. Os componentes do ativo são classificados de acordo com a destinação específica, que varia segundo os fins da entidade.

De acordo com as normas brasileiras pela legislação societária, descritas no §1º do art. 178 da Lei das Sociedades por Ações, o ativo, quando de sua estruturação, é dividido nos seguintes grupos: a) ativo circulante; b) ativo realizável a longo prazo; c) ativo permanente.

4.1.1.1 Ativo Circulante

O Ativo Circulante engloba os valores disponíveis e os realizáveis a curto prazo. Isto é, os bens e direitos que poderão ser transformados em dinheiro durante o ciclo operacional da empresa ou no curso do exercício social. Assim o ativo circulante é dividido nos subgrupos: a) Disponível; b) Aplicações Financeiras; c) Valores a receber a curto prazo; d) Estoques; e) Despesas Antecipadas.

O quadro 03 e gráfico 01 demonstram a participação do Ativo Circulante em relação ao Ativo Total, por meio de uma análise vertical.

ANO	2006	2007	2008
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 855.797,48	R\$ 907.986,55	R\$ 939.888,57
PERCENTUAL	93,74%	88,76%	91,29%
ATIVO TOTAL (100%)	R\$ 912.954,50	R\$ 1.022.989,30	R\$ 1.029.567,83

Quadro 03 – Análise vertical – Comparação do Ativo Circulante em relação ao Ativo Total.

Fonte: Balanço Patrimonial SEAPAC

Percebe-se que há uma redução no percentual no ano 2007, comparando-se com o exercício 2006, justificada pela aquisição, à vista, de dois veículos destinados aos trabalhos da ONG.

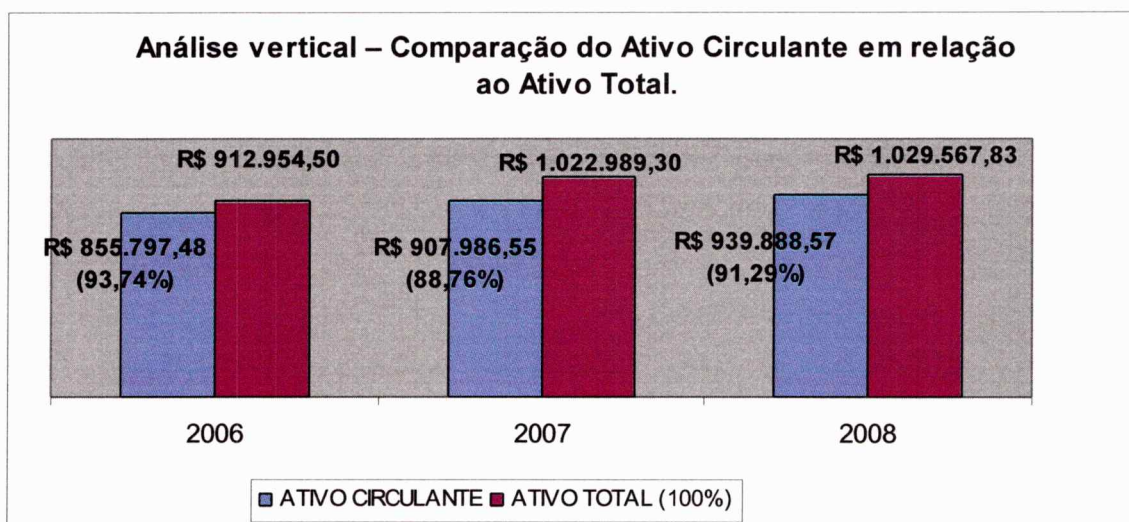


Gráfico 01 - Análise vertical – Comparação do Ativo Circulante em relação ao Ativo Total.
Fonte: Balanço Patrimonial SEAPAC

4.1.1.2 Ativo Permanente

“Ativo permanente é o grupo do ativo que representa as aplicações feitas pela empresa, com características permanentes, como por exemplo, aquisição de imóveis, participação em outras empresas”. (MATARAZZO, 2003, p. 58).

ANO	2006	2007	2008
ATIVO PERMANENTE	R\$ 57.157,02	R\$ 115.002,75	R\$ 89.679,26
PERCENTUAL	6,26%	11,24%	8,71%
ATIVO TOTAL (100%)	R\$ 912.954,50	R\$ 1.022.989,30	R\$ 1.029.567,83

Quadro 04 – Análise vertical – Comparação do Ativo Permanente em relação ao Ativo Total,
Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

O quadro 03 e gráfico 01 demonstram a participação do Ativo Circulante em relação ao Ativo Total, por meio de uma análise vertical. Demonstram a evolução do Permanente no período analisado, onde pode-se observar uma oscilação positiva nesse grupo de contas em relação ao ativo total, entre os exercícios 2006 e 2007, o que configurou uma redução no ativo circulante, decorrente da aquisição à vista, de dois veículos, conforme justificado no item anterior.

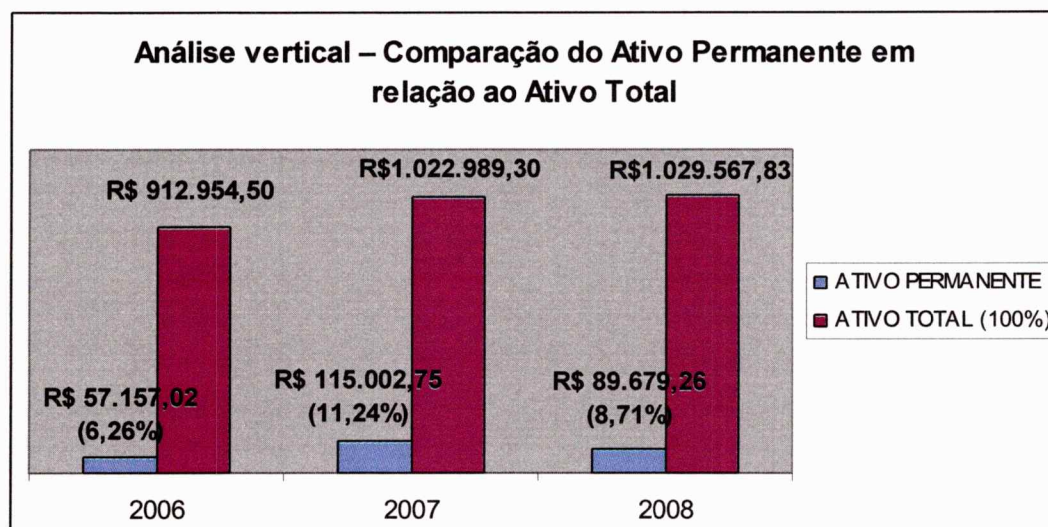


Gráfico 02 Análise vertical – Comparação do Ativo Permanente em relação as Ativo Total,
Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

4.1.2 Passivo e Patrimônio Líquido

“O passivo está, basicamente classificado em três grupos: Passivo Exigível (Circulante e Exigível a longo prazo); Resultados de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido”. (ASSAF NETO, 2007, p. 76).

O passivo total representa as fontes de recursos utilizadas pela empresa, podendo tais recursos serem provenientes de terceiros (dívidas) ou dos sócios, por meio de aporte de capital ou de lucro gerado pela própria empresa.

4.1.2.1 Passivo Circulante

No passivo circulante ou exigível a curto prazo, encontram-se as obrigações a pagar vencíveis até o exercício social seguinte.

ANO	2006	2007	2008
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 292.157,73	R\$ 204.371,76	R\$ 298.374,40
PERCENTUAL	32,00%	19,98%	28,98%
PASSIVO TOTAL (100%)	R\$ 912.954,50	R\$ 1.022.989,30	R\$ 1.029.567,83

Quadro 05 – Análise vertical – Comparação do Passivo Circulante em relação ao Passivo Total.
Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

No quadro 05 e gráfico 03, observou-se que no ano 2007, ocorreu uma oscilação a menor, tanto em percentual quanto em valores, no Passivo Circulante, tendo em vista redução significativa na conta Projetos a executar a curto prazo, voltando a aumentar o saldo dessa conta, logo no ano seguinte, quando obrigações que antes eram classificadas, como a longo prazo, passaram-se a ser exigíveis a curto prazo.

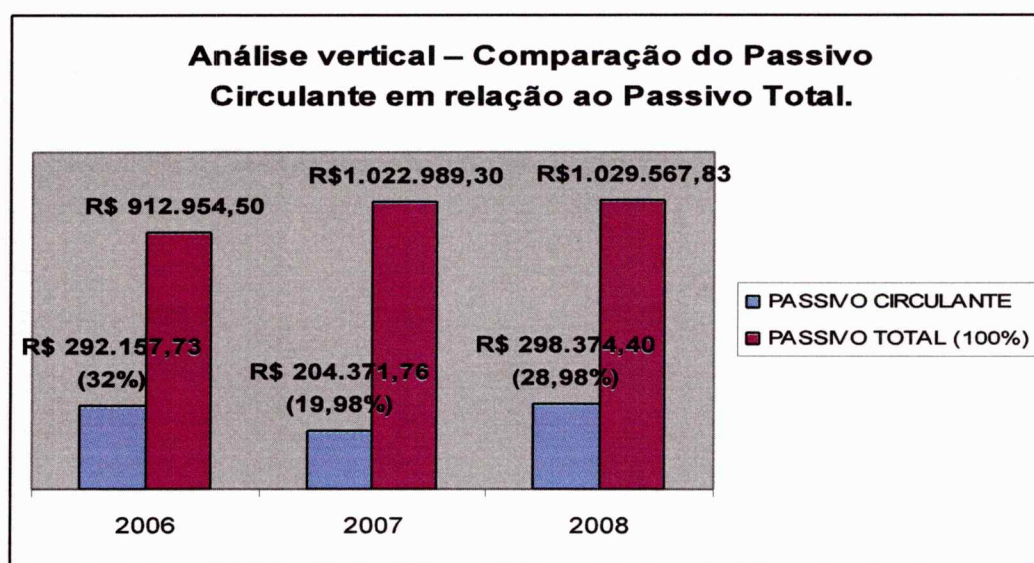


Gráfico 03 - Análise vertical – Comparação do Passivo Circulante em relação ao Passivo Total.
Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

4.1.2.2 Passivo Exigível a Longo Prazo

No Passivo Exigível a Longo Prazo classificam-se todas as obrigações da empresa ou entidade, cujo vencimento ocorrerá após o término do exercício seguinte ao encerramento do balanço. “Quando as obrigações tornam-se vencíveis no exercício social seguinte, passam a ser de curto prazo e deverão ser transferidas para o Passivo Circulante”. (Assaf Neto, 2007, p.78).

ANO	2006	2007	2008
PASSIVO ELP	R\$ 328.506,67	R\$ 423.811,71	R\$ 312.139,94
PERCENTUAL	35,98%	41,43%	30,32%
PASSIVO TOTAL (100%)	R\$ 912.954,50	R\$ 1.022.989,30	R\$ 1.029.567,83

Quadro 06 – Análise vertical – Comparação do Passivo Exigível a Longo Prazo em relação ao Passivo Total. Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

Na ONG, onde foi realizado esse estudo, o Passivo ELP é constituído por valores repassados por entidades parceiras, na forma de convênios, onde a organização fica com uma obrigação de realizar determinados projetos a longo prazo, dependendo do planejamento estratégico e da parceria firmada. No gráfico abaixo, pode-se observar que no Passivo Exigível a longo prazo, ocorreu um acréscimo em 2007, comparando-se a 2006 e um decréscimo logo no ano seguinte.

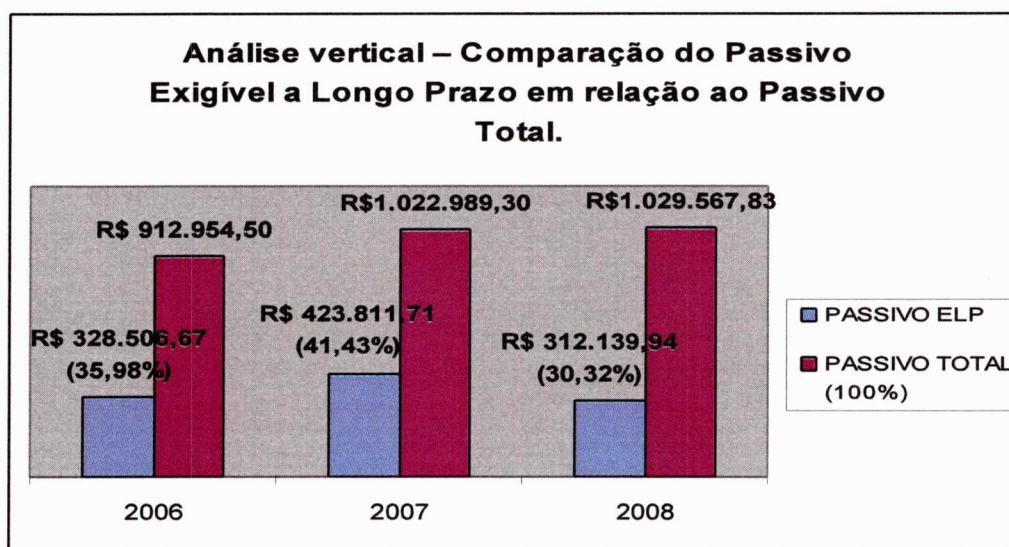


Gráfico 04 - Análise vertical – Comparação do Passivo Exigível a Longo Prazo em relação ao Passivo Total.

Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

4.1.2.3 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da entidade, de acordo com Assaf Neto (2007, p. 79), “representa a identidade contábil medida pela diferença entre o ativo total e os grupos do passivo exigível e resultados de exercícios futuros; isto é, os recursos próprios da empresa, pertencente aos acionistas ou sócios”.

ANO	2006	2007	2008
PL	R\$ 292.290,10	R\$ 394.805,83	R\$ 419.053,49
PERCENTUAL	32,02%	38,59%	40,70%
PASSIVO TOTAL (100%)	R\$ 912.954,50	R\$ 1.022.989,30	R\$ 1.029.567,83

Quadro 07 – Análise vertical – Comparação do Patrimônio Líquido em relação ao Passivo Total

Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC.

Na organização pesquisada, o patrimônio líquido vem apresentando um crescimento em relação ao passivo total (análise vertical) durante os três anos, conforme demonstram o Quadro 07 e o Gráfico 05. Essa ocorrência é devido ao aumento em Doações Patrimoniais e o superávit apurado nos exercícios de 2007 e 2008.

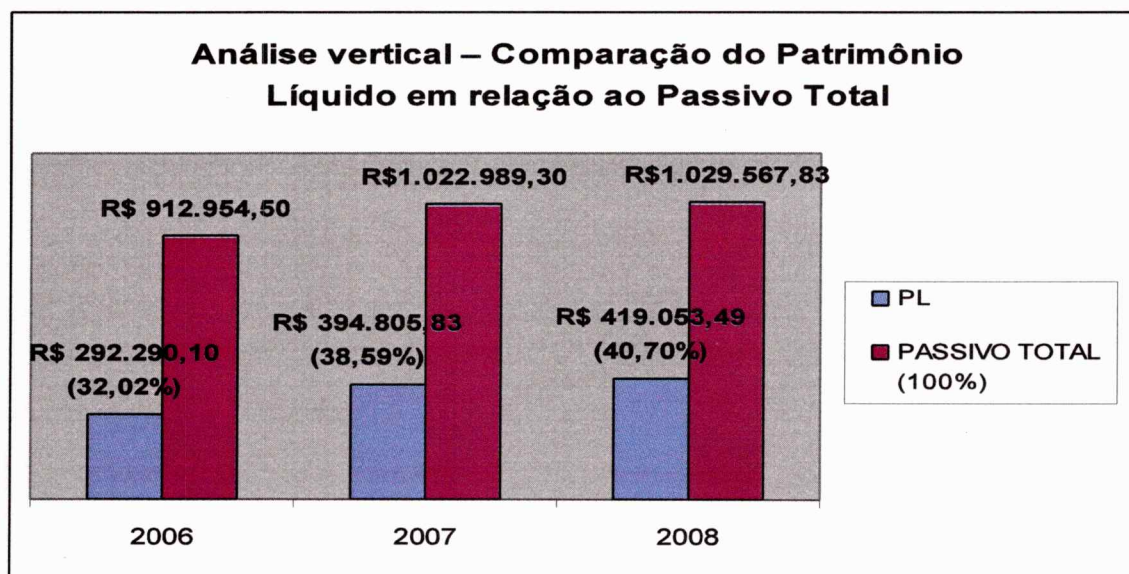


Gráfico 05 - Análise vertical – Comparação do Patrimônio Líquido em relação ao Passivo Total
Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

4.1.2.4 Análise Horizontal

É a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais.

GRUPO DE CONTAS	2006 R\$	%	2007 R\$	%	2008 R\$	%
ATIVO CIRC.	855.797,48	100,00	907.986,55	106,10	939.888,57	109,83
ATIVO PERM.	57.157,02	100,00	115.002,75	201,20	89.679,26	156,90
ATIVO TOTAL	912.954,50	100,00	1.022.989,30	112,05	1.029.567,83	112,77
PASSIVO CIRC	292.157,73	100,00	204.371,76	69,95	298.374,40	102,13
PASSIVO ELP	328.506,67	100,00	423.811,71	129,01	312.139,94	95,02
PL	292.290,10	100,00	394.805,83	135,07	419.053,49	143,37
PASSIVO TOTAL	912.954,50	100,00	1.022.989,30	112,05	1.029.567,83	112,77

Quadro 08 – Análise horizontal – Comparação de Grupo de contas do BP, nos exercícios 2007 e 2008 com relação ao exercício de 2006..

Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

O quadro 08 e o gráfico 06 demonstram a Análise Horizontal,, comparando-se os valores dos exercícios 2007 e 2008, com os valores apresentados em 2006, nos grupos de contas que compõem o Balanço Patrimonial do SEAPAC.

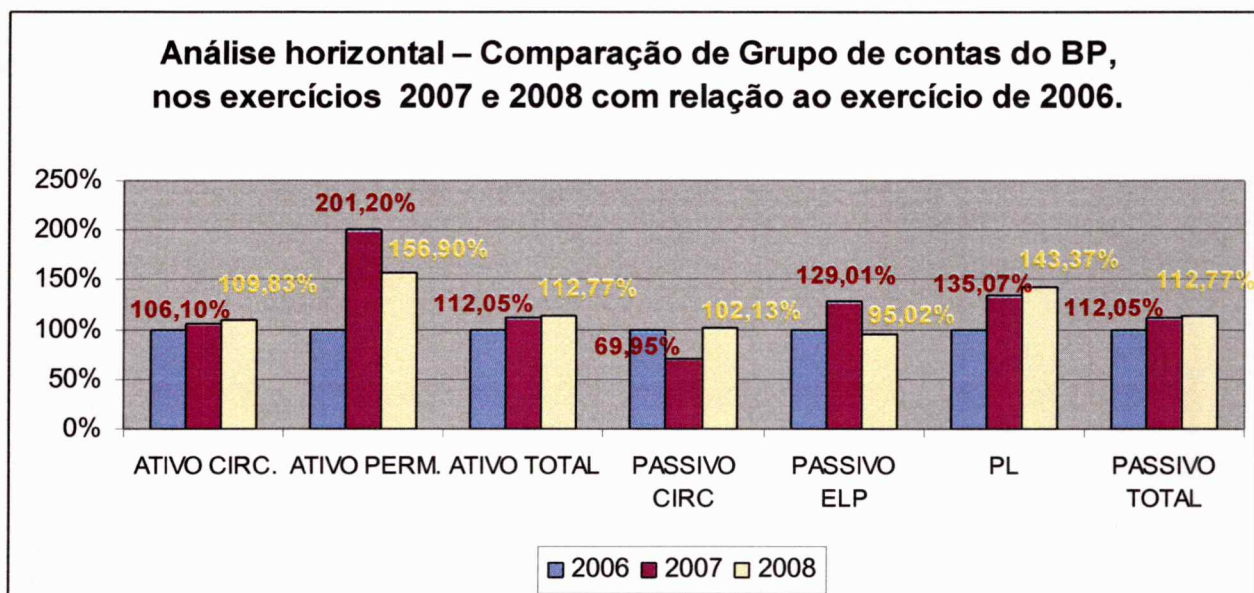


Gráfico 06 - Análise horizontal – Comparação de Grupo de contas do BP, nos exercícios 2007 e 2008 com relação ao exercício de 2006..

Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

4.1.3 DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT

4.1.3.1 Receitas e Despesas

A principal fonte de receita do SEAPAC é proveniente de convênios assinados no âmbito nacional e convênios assinados com parceiros internacionais. Esses convênios chegam a, aproximadamente, 95% da receita total. Nessa mesma proporção, estão as despesas operacionais decorrentes da execução dos projetos que são objetos desses convênios. Outras despesas operacionais que refletem no resultado da Entidade são as despesas administrativas, como: despesas com a manutenção da ONG e despesas com pessoal.

No quadro a seguir, por meio de uma análise horizontal, é feita uma comparação das receitas e despesas dos exercícios 2007 e 2008 com relação ao exercício de 2006.

Análise Horizontal

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO	2006 R\$	%	2007 R\$	%	2008 R\$	%
RECEITAS	2.879.979,39	100,00	2.652.456,01	92,10	2.641.132,40	91,71
DESPESAS	(2.886.634,00)	100,00	(2.632.034,54)	91,18	(2.620.183,63)	90,77
SUPERÁVIT OU DÉFICT	(6.654,61)		20.421,47	100,00	20.948,77	102,58

Quadro 09 – Análise horizontal – Comparação das Receitas, Despesas, dos exercícios 2007 e 2008 com relação ao exercício de 2006. (*) Comparação do Superávit de 2008 com relação a 2007.

Fonte: DRE do SEAPAC

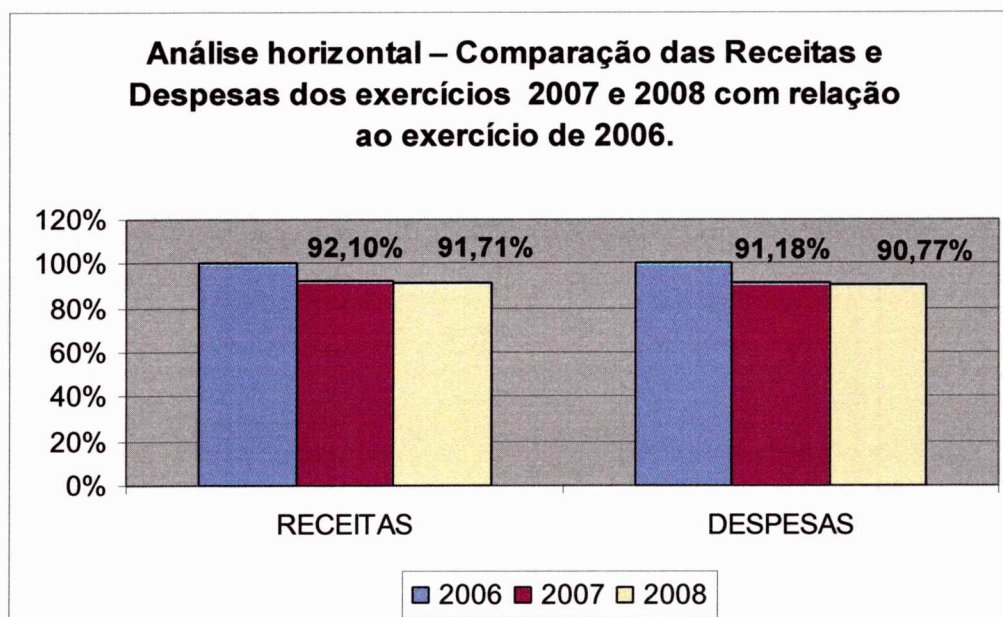


Gráfico 07 – Análise horizontal – Comparação das Receitas, Despesas, dos exercícios 2007 e 2008 com relação ao exercício de 2006

Fonte: DRE do SEAPAC

A seguir, foi apresentada uma análise vertical comparando-se as receitas com as despesas e o resultado apresentado nos anos pesquisados.

Análise Vertical

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO	2006 R\$	%	2007 R\$	%	2008 R\$	%
RECEITAS	2.879.979,39	100,000	2.652.456,01	100,00	2.641.132,40	100,00
DESPESAS	(2.886.634,00)	100,231	(2.632.034,54)	99,23	(2.620.183,63)	99,21
SUPERÁVIT OU DÉFICT	(6.654,61)	-0,231	20.421,47	0,77	20.948,77	0,79

Quadro 10 – Análise vertical – Comparação das Receitas com relação às Despesas e o Resultado do exercício.

Fonte: DRE do SEAPAC

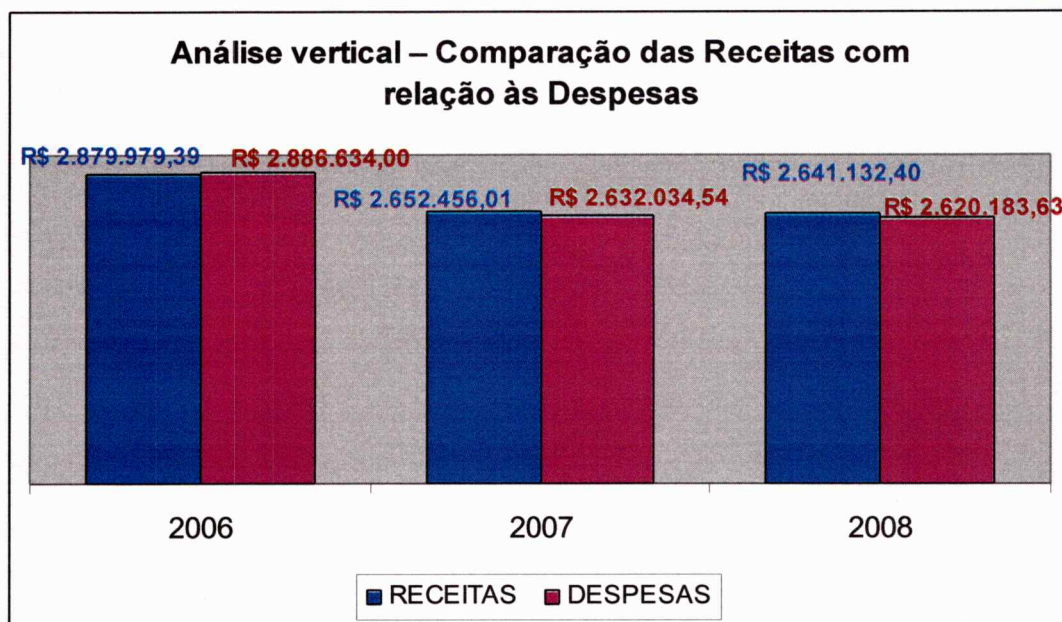


Gráfico 08– Análise vertical – Comparação das Receitas com relação às Despesas.
Fonte: DRE do SEAPAC

No gráfico acima, observa-se o comportamento da Receita Líquida e Despesas Operacionais da ONG estudada. Nota-se, portanto, que a receita líquida caiu durante os últimos três anos, juntamente com as despesas operacionais. Isso deve-se ao fato do SEAPAC firmar convênios para executar projetos por períodos de três anos, quando os recursos são recebidos e aplicados de forma gradativa, o que caracteriza essa oscilação tanto nas receitas quanto nas despesas operacionais da Entidade.

4.1.3.2 Superávit ou Déficit

É o resultado final apurado no exercício, confrontando-se as receitas e as despesas. Por se tratar de Entidade sem fins lucrativos, esse resultado deixa de ser lucro ou prejuízo e passa a ser denominado “Superávit” quando o resultado é positivo ou “Déficit”, quando negativo.

O gráfico abaixo é uma demonstração do resultado dos exercícios 2006, 2007 e 2008 do SEAPAC, onde pode-se observar que em 2006 foi constatado um déficit e nos anos seguintes, superávits que resultaram num crescimento do Patrimônio Líquido da Entidade.

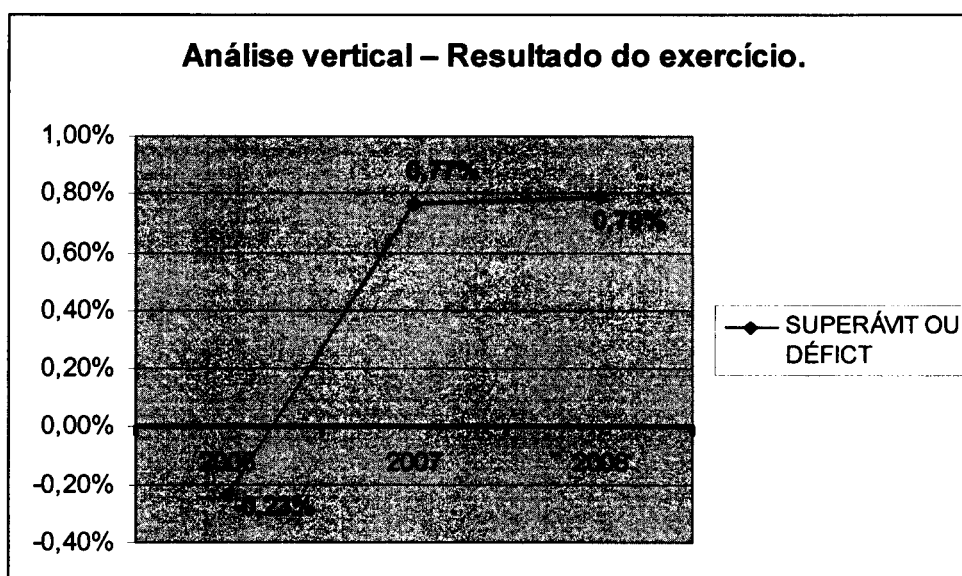


Gráfico 09: Demonstração do déficit/superávit dos exercícios: 2006, 2007 e 2008.
Fonte: DRE do SEAPAC

Resultante da diferença entre as Receitas Líquidas e as Despesas Operacionais, analisa-se o Superávit (ou Déficit) , que sofre uma variação bastante positiva no ano 2007, comparando-se com 2006, quando foi apurado um déficit no valor de R\$ 6.654,61. Durante os exercícios de 2007 e 2008, houve um decréscimo tanto nas receitas quanto nas despesas operacionais, mas, num percentual, maior nas despesas operacionais , contribuindo assim para um Superávit crescente .

4.2 ASPECTOS FINANCEIROS

Para que se faça uma análise financeira de uma empresa, isto é, aferir o desempenho do ativo circulante e do capital de giro líquido, e ainda, medir a liquidez de uma empresa, segundo Assaf Neto (2007, p. 184), existem inúmeros índices que podem ser utilizados. Estes índices, como índice de liquidez e índice de endividamento, devem ser utilizados para que se extraiam as melhores conclusões, de maneira comparativa, seja relacionando-se com os apurados em períodos passados ou com valores apresentados por outras empresas ou entidades do mesmo setor de atividade.

A análise econômica e financeira do SEAPAC está fundamentada nos relatórios gerenciais e demonstrações contábeis dos exercícios 2006, 2007 e 2008. Foram analisados os seguintes índices financeiros:

4.2.1 Capital Circulante Líquido

É a diferença encontrada entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante ($CL = AC - PC$).

ANO	ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE	CCL
2006	R\$ 855.797,48	R\$ 292.157,73	R\$ 563.639,75
2007	R\$ 907.986,55	R\$ 204.371,76	R\$ 703.614,79
2008	R\$ 939.888,57	R\$ 298.374,40	R\$ 641.514,17

Quadro 11 : $CCL = AC - PC$

Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

Ao analisar o Capital Circulante Líquido que se baseia na diferença entre os ativos e passivos circulantes (MATARAZZO, 2001, p. 59), verificou-se que o Ativo Circulante do SEAPAC é superior ao Passivo Circulante, representando assim uma sobra de fonte de financiamento a longo prazo, o que caracteriza uma folga financeira, podendo honrar com seus compromissos a curto prazo, verificando uma estabilidade financeira, conforme demonstrado na figura acima

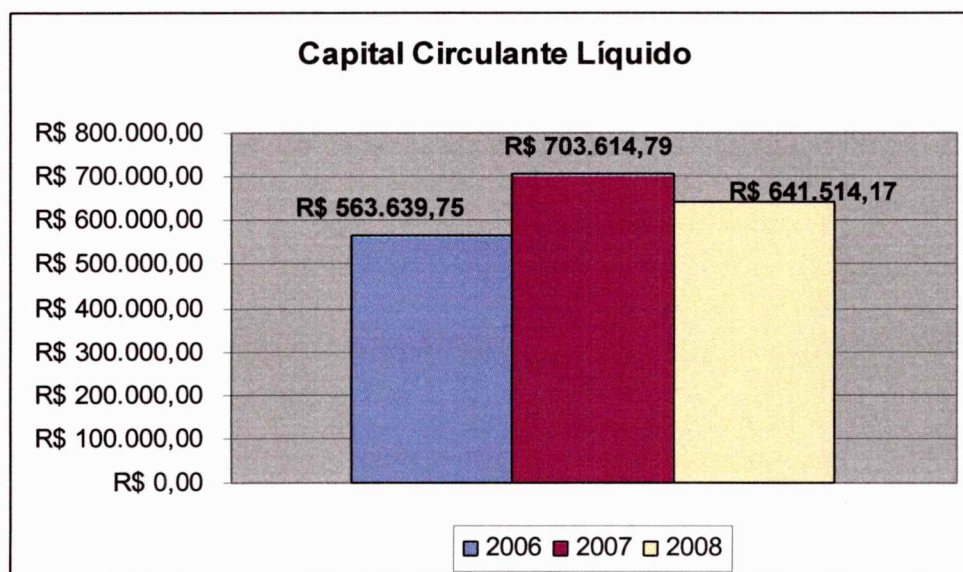


Gráfico 10 – Capital Circulante Líquido
Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

4.2.2 Índices de Liquidez

Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros. (ASSAF NETO, 2007, p. 189). O comportamento dos índices que medem a liquidez evidencia os aspectos financeiros da entidade . Os índices medem o endividamento onde, por meio desses indicadores, verifica-se o nível de endividamento da empresa (MARION, 2002, p.61). Com isso, a análise de liquidez ou da capacidade de pagamentos dos compromissos de uma empresa é realizada por meio do cálculo e interpretação dos índices de liquidez. Os índices de liquidez mais utilizados são: Liquidez Imediata ($LI = \text{Disponível} / PC$), Liquidez Seca ($LS = AC - STK / PC$); Liquidez Corrente ($LC = AC / PC$) e Liquidez Geral ($LG = AC + RLP / PC + ELP$). No estudo realizado no SEAPAC, foram analisados os índices de Liquidez Corrente e Liquidez Geral.

4.2.2.1 Liquidez Corrente

O Índice de Liquidez Corrente, para SILVA (2001, p.270), “ indica quanto a empresa possui em dinheiro + bens e direitos realizáveis a curto prazo, comparando com suas dívidas a serem pagas no mesmo período”. Indica o quanto existe de ativo circulante para cada \$ 1,00 de passivo circulante. Significa que, quanto maior a liquidez corrente, mais alta será a capacidade da organização em liquidar suas obrigações a curto prazo.

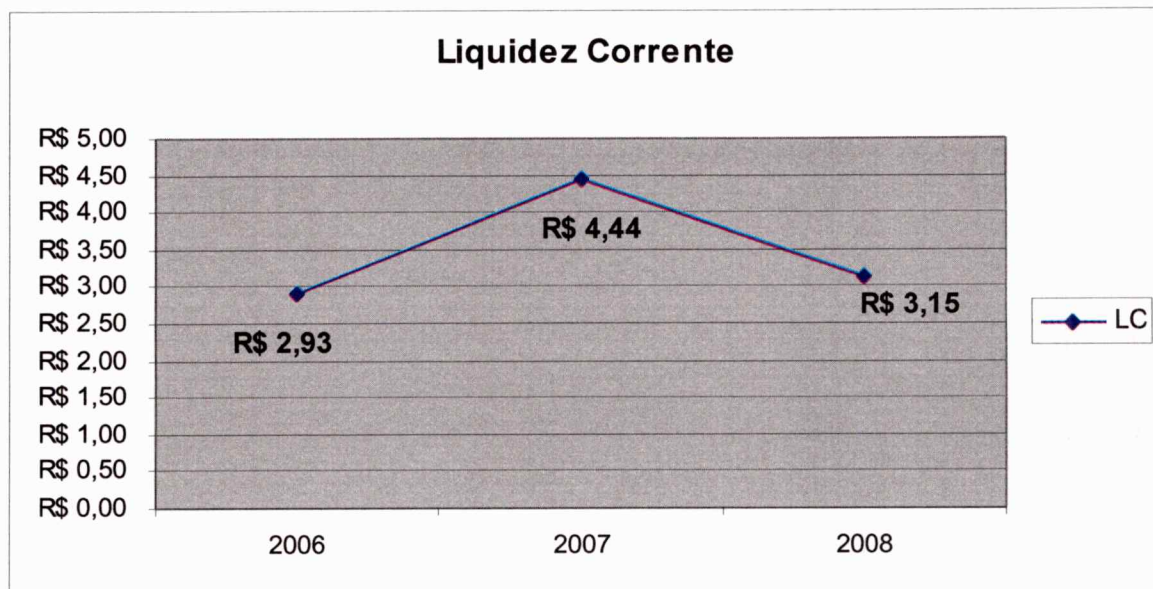
Liquidez Corrente

ANO	ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE	LC
2006	R\$ 855.797,48	R\$ 292.157,73	R\$ 2,93
2007	R\$ 907.986,55	R\$ 204.371,76	R\$ 4,44
2008	R\$ 939.888,57	R\$ 298.374,40	R\$ 3,15

Quadro 12 - $LC = AC / PC$

Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

Constatou-se uma oscilação durante o período estudado, observando-se que no ano 2007 o Índice de Liquidez Corrente era de 4,44, isso devido a um crescimento no disponível da entidade e uma redução no exigível a curto

Gráfico 11 $LC = AC / PC$

Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

4.2.2.2 Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada \$1,00 que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo. (ASSAF NETO, 2007, p. 191).

ANO	AC + RLP	PC + RLP	LG
2006	R\$ 855.797,48	R\$ 620.664,40	R\$ 1,38
2007	R\$ 907.986,55	R\$ 628.183,47	R\$ 1,45
2008	R\$ 939.888,57	R\$ 610.514,34	R\$ 1,54

Quadro 13 - $LG = AC + RLP / PC + ELP$

Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

Constatou-se um crescimento na liquidez geral durante o período estudado, observando-se que o Ativo Circulante + o Realizável a longo prazo aumentou numa proporção maior do que o Passivo exigível a curto e a longo prazo

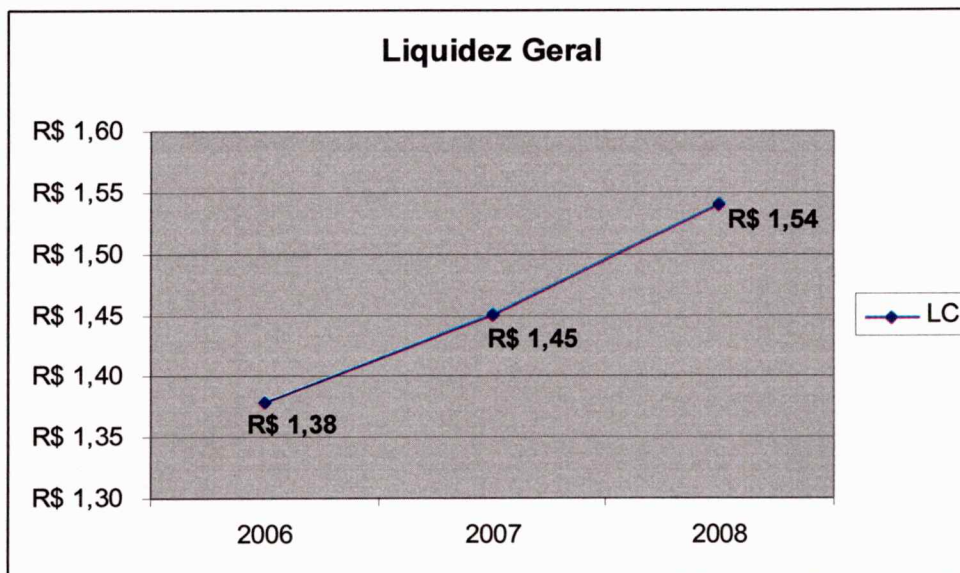


Gráfico 12 - - $LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$
 Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

4.2.3 Índices de Endividamento

O índice de endividamento é obtido pela relação entre o capital de terceiros (curto e longo prazo) e o capital próprio. $\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{PL}}$. Representa quanto a empresa tomou de empréstimo para cada \$1,00 de capital próprio aplicado.

“O índice também pode ser definido pela relação somente das dívidas de curto prazo ou de longo prazo com o patrimônio líquido, revelando o endividamento em função da maturidade do passivo”. (ASSAF NETO, 2007, p.165).

ANO	PC + RLP	PL	ENDIV
2006	R\$ 620.664,40	R\$ 292.290,10	47,09%
2007	R\$ 628.183,47	R\$ 394.805,83	62,85%
2008	R\$ 610.514,34	R\$ 419.053,49	68,64%

Quadro 14 - $\text{Índice de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{PL}}$.
 Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

Ao analisar o Grau de Endividamento da ONG estudada, verificou-se que o que existe de endividamento na entidade, são os recursos de terceiros, classificados nas contas “convênios a executar” a curto e longo prazo. No entanto, pode-se observar que também houve um crescimento no Patrimônio Líquido, decorrente de Doações Patrimoniais e o Superávit apurado nos últimos dois anos.

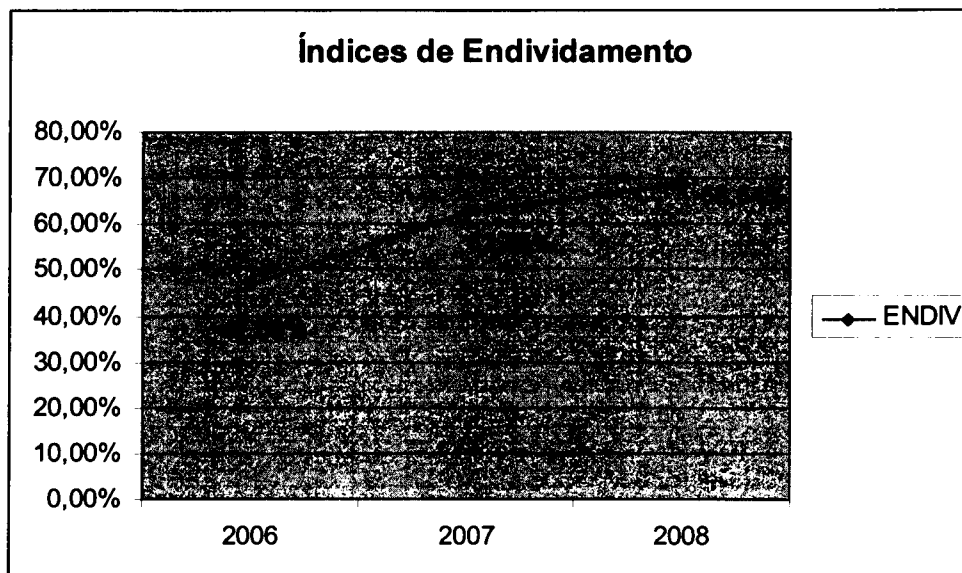


Gráfico 13 - Índice de Endividamento = Passivo Total/ PL.
Fonte: Balanço Patrimonial do SEAPAC

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SEAPAC, entidade sem fins lucrativos, recebe dois tipos de doações: a) recursos provenientes de convênios; b) doações de terceiros. Os recursos de convênios são registrados em contas do passivo circulante e não circulante – convênios a executar, como contrapartida das contas bancárias vinculadas, sendo reclassificadas para as contas de receitas operacionais, quando efetivamente utilizados, simultaneamente com o reconhecimento das despesas realizadas. As doações de terceiros são reconhecidas como receitas operacionais quando efetivamente recebidas. O Patrimônio Social está representado pelo patrimônio inicial do SEAPAC, Doações Patrimoniais, acrescido dos superávits apurados anualmente desde a sua constituição. As doações patrimoniais correspondem aos recursos adquiridos por meio de convênio firmado com uma Instituição Internacional e os recursos adquiridos da Campanha “Cidadão Nota 10”. Esses recursos foram utilizados na aquisição de móveis, utensílios e equipamentos de informática, os quais são registrados no Imobilizado, pelo custo de aquisição, em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A conta “Superávits/ Déficits Acumulados” está representada pelo resultado do exercício. A sua transferência é feita para a conta “Patrimônio Social” mediante aprovação em Assembléia Geral formada pelos sócios, quando é feita uma exposição sobre o trabalho realizado e os recursos utilizados no período, na busca do atingimento dos seus objetivos, voltados para a missão institucional do SEAPAC.

O estudo revela que a gestão financeira nas empresas é de extrema importância, pois dentre seus pressupostos administrativos tem no gerenciamento financeiro, a condição de manutenção das atividades.

Praticamente tudo que se pensa dentro de uma corporação, tem um impacto financeiro no orçamento, sendo então necessária uma avaliação profunda no que diz respeito a novos investimentos e seus prováveis retornos.

Com isso, as OTS não podem ser tratadas de maneira diferente. Elas necessitam de uma gestão financeira eficiente, e apesar de não ter como razão de existência, a finalidade lucrativa e avaliar o impacto social em primeiro plano, no lugar dos indicadores Financeiros e econômicos, o superávit em ETS não só se faz necessário, como também é uma condição para o alcance das suas missões, superando assim um dos grandes desafios do TS: a sustentabilidade financeira.

Em conformidade com o objetivo geral deste trabalho, que foi demonstrar a importância da análise financeira para as ETS, no caso do SEAPAC, analisou-se os aspectos econômico-financeiros provenientes das demonstrações contábeis, e observou-se que durante os três anos analisados, ocorreram imobilizações, não interferindo diretamente no CCL.

Quanto à realidade econômica, a entidade ora estudada, mostrou positividade em seus indicadores, apresentando com isso, eficiência de seus ativos. Em relação à área financeira, a entidade apresentou-se de forma satisfatória em relação aos seus compromissos.

Conclui-se, portanto, que a entidade necessita de um gerenciamento financeiro eficiente, mesmo com os resultados positivos apresentados, uma vez que os recursos existentes no AC permanecem quase sempre sem aplicação, deixando de gerar melhorias para o melhor funcionamento da entidade, uma vez que, é premissa básica das entidades do terceiro setor, que todos os recursos captados tem que ser investidos.

Conclui-se, ainda que todas as Organizações do Terceiro Setor devem ser analisadas e administradas como verdadeiras empresas, já que possuem patrimônio social e dada a sua importância para a sociedade como um todo, zelando assim pela sua continuidade, isto é, pela sua sustentabilidade financeira. Nesse sentido, a contabilidade demonstra suas origens e aplicações dos recursos, evidenciando o aspecto de transparência. Isso é fundamental para tornar pública a responsabilidade social, onde estão sendo aplicados os recursos, mostrando assim o resultado financeiro da organização.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro. **Terceiro Setor: História e Gestão de Organização**. São Paulo: Summus, 2006.

ARAUJO, Osório Cavalcanti. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1997.

BAVA, Sílvio Caccia. O Terceiro Setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI. **Cadernos ABONG**, São Paulo, v.27, maio 2000.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

CAMARGO, Mariângelo Franco de et.al. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil: Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos**. 2 ed. São Paulo: Futura, 2001.

CRUZ, Cecília Meirelles; ESTRAVIS, Marcelo. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Global, 2003.

DRUCKER, Peter F. **Administração de Organizações sem fins lucrativos**. Pioneira, 1994.

GARRISON, Ray H., NOREEN, Eric W. **Contabilidade Gerencial**. 9. ed. Rio de Janeiro: Pearson, 2006.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. 10 ed. São Paulo, Pearson, 2006.

HOJI, Masakatu. **Administração Financeira**: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

IOSCHPE, Evelyn Berg et al. **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, et al. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicada às demais sociedades. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades Benéficas de Assistência Social**. Curitiba: Juruá, 2008.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V. **Contabilidade básica**. 12. ed. São Paulo: Frase, 2004.

OLAK, Paulo Arnaldo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, José da Silva. **Análise financeira das empresas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PEYON, Luiz Francisco. **Gestão Contábil para o Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

PRADO, Carlos Roberto do. **ONG's, Filantropia, Ética e Gestão**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2007.

SANTOS, José Luiz dos, et. al. **Manual de Práticas Contábeis: Aspectos Societários e Tributários**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANVICENTE, Antônio Zoratto. **Administração Financeira**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SEAPAC – Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários. (**Documento Institucional**). Natal, 2008.

SILVA, Antônio Luiz de Paula. **Guia de gestão: para quem dirige entidades sociais**. São Paulo: Idéia e imagens comunicação, 2002.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. **Balanco Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não-governamentais e o terceiro setor: criação de ONG's e estratégia de atuação**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Entidades sem fins lucrativos: Imunidade e Isenção Tributária**. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2008.